

DEFESA DO MANDATO POPULAR!

NÃO AO PLANO RENAN-LEVY!



Ministros Barbosa e Levy discutem com senador Renan 43 medidas contra a nação e o povo

DEFENDER O PT CONTRA A OPERAÇÃO LAVA JATO

Movimento Estudantil

Caravana contra os cortes na educação
pág. 2

Diálogo e Ação Petista

Organizar os atos de 20 de agosto
pág. 5

Luta de Classe

Servidores do RS discutem greve
pág. 7

História

Há 75 anos Trotsky foi assassinado
pág. 10

Todos a Brasília contra os cortes na Educação!

Caravana vai exigir o fim do plano de ajuste fiscal

A direção da UNE se reuniu em seminário de gestão nos dias 1 e 2 de agosto, e decidiu organizar a jornada de luta contra os cortes na educação, contra o ajuste fiscal e contra a redução da maioria penal, e em defesa da democracia.

A discussão na entidade foi feita diante do anúncio de novo corte na Educação, de mais R\$ 1 bilhão (totalizando 10,8 bi no ano), da suspensão da volta às aulas em algumas federais e da greve de professores em 34 instituições, e dos técnicos administrativos em 67.

A UFJF (MG), por exemplo, divulgou comunicado suspendendo o calendário acadêmico nos campi de Juiz de Fora e de Governador Valadares. Os motivos foram dificuldades administrativas e operacionais gerada pela greve dos técnicos administrativos e as “incertezas quanto à realidade financeira e orçamentária da UFJF neste ano”. Não é uma situação isolada, também houve suspensão ou adiamento da volta às aulas nas Universidades Federais do Rio de Janeiro, de Ouro Preto, de Minas Gerais, no Cefet-MG e outros.

Caravana: mobilizar de norte ao sul

A UNE faz um chamado para construir uma agenda de lutas “que tem início, mas não tem fim” como disse



Faixa em aula inaugural na Federal de Santa Catarina

a presidente da entidade, Carina Vitral. O primeiro passo foi o Dia do Estudante, 11 de agosto, que contou com atividades de secundaristas, universitários e pós-graduandos. Foram debates, panfletagens e atos de rua realizados de norte a sul.

Um calendário de mobilizações vai culminar com a Caravana à Brasília, prevista para a segunda quinzena de setembro. Essa é a hora de discutir nos CAs, Das e DCEs a mobilização minuciosa da caravana. Aproveitar as recepções aos calouros e aulas magnas, para discutir a situação do

ensino superior público e trazer o conjunto dos estudantes para a mobilização.

Devemos construir a unidade para lutar pelo atendimento das nossas reivindicações, o que significa dizer, mais do que nunca, que os estudantes devem invadir as ruas de mãos dadas em defesa de um ensino público, gratuito e de qualidade, se contrapondo aos cortes e ao ajuste fiscal do Levy.

Por democracia e por direitos

A próxima atividade no calendário

da UNE são os atos do dia 20 de agosto. Em sua “Carta aos Estudantes Brasileiros”, a entidade convoca:

“O povo irá às ruas, no dia 20 de agosto, para lutar contra o retrocesso, contra as medidas recessivas e antipopulares de ajuste fiscal que oneram a classe trabalhadora e levam o país a recessão econômica. O Brasil precisa de outra política econômica, a começar pela redução da taxa de juros e ampliação dos investimentos do governo federal. A UNE desfilará nas avenidas de todo Brasil de braços dados com os trabalhadores que perdem direitos, mas resistem.”

Sarah Lindalva

Pós-graduandos:

No fechamento dessa edição, a Associação Nacional de Pós-Graduandos realizava uma ocupação em Brasília para “pressionar o governo pela reversão dos cortes nas áreas de Educação e Ciência e Tecnologia, em especial, cortes significativos nas verbas de custeio da Capes e paralisação da concessão de novas bolsas em algumas modalidades.” A entidade participou de uma audiência no MEC e organizou aula pública sobre financiamento da educação, ciência e tecnologia no Brasil.

A violência policial no Rio de Janeiro

75% dos homicídios são de jovens negros

A violência policial no estado do Rio de Janeiro é alarmante, segundo dados de um relatório da Anistia Internacional. Na capital do Estado o aumento dos homicídios decorrente de intervenção policial, em 2014 foi de 9%, quase sempre ligados aos “autos de resistência”, uma maneira de a polícia maquiar o genocídio que vem cometendo em comunidades de todo o Rio de Janeiro. Os dados também apresentam que em 99,5% dos casos as vítimas foram 79% de negros, 75% de jovens entre 15 e 19 anos, apontando que as políticas públicas que temos no estado para juventude é simplesmente a falta de qualquer perspectiva de futuro.

As UPPs, política de segurança pública, que o governador Cabral instalou no estado, juntamente com o então secretário, e hoje governador, Pezão, são ocupações militares, onde temos diversos relatos de tortura, como ocorrido com o Amarildo em 2013.

Em quase todos os casos de UPP instalados no Rio, está a ligação direta com a especulação imobiliária: as favelas que foram ocupadas são

tradicionalmente pontos próximos a Zona Sul carioca e com belas vistas, locais cobiçados pelas construtoras e especuladores imobiliários. Na baixada fluminense o caso de violência é assustador, dados apresentam que são cinco assassinatos por dia em 2015. Assassinatos tanto de moradores quanto de polícias.

A política de segurança - e por que não dizer, a política pública geral-, do Estado do Rio de Janeiro, se baseia na violência. A falta de escola nas periferias, acesso à cultura, lazer e educação de qualidade é assustadora, visto que o Estado está entre os que têm o salário mais baixo para professores e com as piores estruturas de escolas.

Não podemos esquecer que Eduardo Cunha, grande defensor da redução da maioria penal, é exatamente do Rio de Janeiro, local que é sempre usado como exemplo para fundamentar a infundada política de redução da maioria penal para a resolução da situação.

Impunidade: um fato comum

Pesquisa aponta que dos 202 pro-

cedimentos administrativos de homicídios, decorrentes de investigações policiais abertos pela Polícia Civil em 2011, apenas um resultou em denúncia por parte do Ministério Público do Rio. Deste total, 183 ainda estavam em andamento e 12 foram arquivados. Lembrando que segundo o ISP - Instituto de Segurança Pública - do Rio, entre 2005 e 2014 foram registrados 8.466 homicídios vindos de intervenção policial no Estado - 5.132 só na capital. Os crimes cometidos por PMs representam 16% dos homicídios registrados na cidade.

Por isso, mais do que nunca é preciso mudar essa lógica! O primeiro passo começa pela desmilitarização da PM, que é preparada para guerra e não para proteger. Além disso, é preciso, de imediato, políticas públicas de qualidade nas periferias, que garantam o acesso à educação, saúde, lazer e cultura para que possamos dar perspectiva de futuro para nossa juventude no estado.

Não queremos mais relembrar fatos como a chacina da Candelária

ou no morro do Vidigal, queremos uma juventude livre! Com possibilidade de emprego, futuro, estudos e sonhos!

Jeffei

“CONCEPÇÕES DA DITADURA”

O coronel Ibis Pereira, chefe de gabinete do Comando-Geral da PM do Rio, em recente declaração disse que a ocupação policial do complexo do Alemão “está dando errado porque começou errado”. “Tivemos uma operação de guerra e é por isso que está dando errado. Admitimos uma operação de guerra com anfíbios, blindados e tudo o mais, dentro de uma parte do território do nosso próprio país.” E o coronel completa: “os conflitos e homicídios cometidos nas favelas do Rio são influenciados por concepções do período da ditadura que ainda vigoram na segurança pública.” (OESP, 30/07)

Alerta!

No “Diálogo com os movimentos sociais” - 1000 dirigentes de 50 organizações populares, no Palácio do Planalto, dia 13 - a presidente Dilma ouviu vários recados.

“A pauta do Brasil não é a pauta do Renan, presidente. Esta pauta é dele e não interessa aos trabalhadores”, criticou o presidente da CUT, Vagner Freitas. ‘A pauta dos trabalhadores precisa andar de forma mais consistente’, reclamou. ‘Queremos voltar a dialogar com a agenda que venceu as eleições’, disse Alexandre Conceição, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em coro, os presentes à cerimônia gritaram: ‘Fora já, fora já daqui. Eduardo Cunha, junto com o Levy” (site Ultimo Segundo, 13/8).

Infelizmente, a fala da presidente não foi muito além do “não mudei de lado”. De fato, dúvidas vem da própria situação!

Como é possível que Dilma recolha como “muito bem vindas” as 43 propostas (v. pág.8) que seu ministro Levy, inspirado pelo vice Temer (PMDB), foi buscar nas mãos do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), propondo reduzir ainda mais direitos e agora quebrar garantias constitucionais sociais, ambientais e indígenas, só para atender a pauta dos patrões e do PSDB ?!

Como é possível que a direção da Petrobras

que Dilma nomeou, aplique um plano de mercado de desinvestimento, comprometendo o futuro de gerações!?

É inaceitável!

Uma “estabilidade”, assim, não interessa à base social que elegeu Dilma. Não se combate o golpismo assumindo o programa econômico do golpe, ao contrário, isso desmobiliza a única força capaz de derrotá-lo, que são os trabalhadores.

É verdade que o imperialismo dos EUA, há anos quer retomar posições perdidas no continente para se safar da sua própria crise. Vários dos governos chamados “progressistas” estão sendo pressionados e até desestabilizados por uma combinação com as forças locais mais reacionárias. Mais recentemente, uma

A PRESIDENTE FALA “NÃO MUDEI DE LADO”. A DUVÍDA VEM DA SITUAÇÃO

crise brutal se abateu sobre a América Latina que sofre os efeitos da queda dos preços dos produtos exportados.

Por tudo isso, movimentos de greve geral eclodiram estas semanas no Peru, no Uruguai e no Equador, além da dramática situação na Venezuela: os povos não aceitam pagar a crise que não criaram. E se titubeiam os governos

cuja eleição algumas vezes eles apoiaram, os trabalhadores resistem igualmente, vão à greve com suas organizações para construir uma saída positiva.

E os governos que antes pensavam se equilibrar contornando um choque com o capital financeiro, agora são desafiados a se deslocar - para um lado ou outro.

Dilma vai ter que definir um lado muito rápido, assim como a direção do PT. Não só nos discursos, mas em medidas consistentes. A partir daí, cada força sindical e política vai se determinar, igualmente.

Os trabalhadores e a maioria oprimida do povo, eles só tem um lado e uma opção, resistir.

Interessa-lhes defender o mandato popular do 2º turno, e também se defender do golpismo político, social e econômico, venha de onde vier: de Aécio-Cunha, como de Renan-Levy.

A corrente O Trabalho se engaja decididamente ao lado dos petroleiros, e dos trabalhadores, com todos os oprimidos.

Juntamente com os companheiros e companheiras dos grupos de base do “Diálogo e Ação Petista”, vamos às ruas dia 20 defender o mandato popular, não as metas de superávit primário, lutar pela unidade das organizações sindicais e populares para derrubar o plano Renan-Levy.

DESIGUALDADE 1

Dados divulgados pela Receita Federal, sobre declaração de imposto de renda, são um retrato da desigualdade existente no país. Segundo os dados, 71 mil brasileiros - o que representa 0,3% dos declarantes de imposto de renda em 2013 - concentram 22% de toda a riqueza. São pessoas com renda mensal superior a 160 salários mínimos, faixa considerada o topo da pirâmide social, pelos critérios da Receita Federal. Os dados foram publicados em reportagem do G1. Divulgados pela Receita pela primeira vez, os dados mostram o número de declarantes, distribuídos por 11 faixas de renda, além de informações como valores de rendimentos (isentos e tributáveis) recebidos e a soma do patrimônio declarado em cada uma das camadas da pirâmide social.

DESIGUALDADE 2

De 2012 para 2013, o número de brasileiros com renda mensal superior a 160 salários mínimos caiu de 73.743 para 71.440. Essa pequena parcela, que corresponde a 0,3% dos declarantes de IR, concentrou, em 2013, 14% da renda total e 21,7% da riqueza, totalizando rendimentos de R\$ 298 bilhões e patrimônio de R\$ 1,2 trilhão. Isso equivale a uma renda média individual anual de R\$ 4,17 milhões e uma riqueza média de R\$ 17 milhões por pessoa. Se a este grupo se soma os

que têm renda mensal acima de 80 salários mínimos, chega-se a 208.158 brasileiros (0,8% dos contribuintes), que respondem sozinhos por 30% da riqueza total declarada à Receita.

DESIGUALDADE 3

As faixas de rendimento vão de 1/2 salário mínimo a 160.

A maior faixa de declarantes, segundo os dados da Receita, são os que ganham de 3 a 5 salários mínimos, que representam 7.882.026 pessoas, com um valor de riqueza declarado de R\$ 7489.764. Na sequência, os que declaram rendimento de 5 a 10 salários mínimos totalizam 7.300.376 pessoas com riqueza de R\$ 757.644

Apesar do número dos ocupantes do topo da pirâmide social ter recuado em 2013, os dados da Receita mostram que a riqueza concentrada por essa faixa de contribuintes tem se mantido relativamente estável nos últimos anos. Em 2007, eram 66.596 pessoas com renda mensal superior a 160 salários mínimos, concentrando 15,8% da renda total e 22,2% da riqueza declarada.

Segundo a Receita, quem está nas faixas mais altas paga menos impostos, proporcionalmente à sua renda. Em 2013, do total de rendimentos da faixa que recebe acima de 160 salários mínimo, 35% foram tributados. Na faixa dos que recebem de 3 a 5 salários, por exemplo, mais de 90% da renda foi alvo de pagamento de imposto.

Memória

FORA VIDELA E ABAIXO A REPRESSÃO!

Diante dos atentados, diante da escalada da repressão contra o movimento dos trabalhadores, diante da prisão do professor David Maximiliano, das ameaças a Lula e ao Partido dos Trabalhadores, das ameaças à imprensa independente, só existe uma resposta possível: Unidade contra a repressão! A mesma resposta está colocada diante da vinda ao Brasil do general Jorge Rafael Videla. Videla vem ao Brasil para conseguir o apoio do general Figueiredo, para continuar promovendo o massacre do proletariado argentino, para continuar sua missão de ajudar a instalar novas ditaduras pelo continente, como a de Garcia Meza, na Bolívia. (...)

O Trabalho nº 73 - 12/8/1980



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

O país “precisa de alguém”, diz Temer

Vice-presidente fala como se o cargo da presidência estivesse vago

Em 6 de agosto as federações das Indústrias de São Paulo e Rio de Janeiro (Fiesp e Firjan), em matéria paga na grande imprensa, publicou um manifesto: “A Firjan e a Fiesp vêm a público manifestar seu apoio à proposta de união apresentada ontem pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer. O momento é de responsabilidade, diálogo e ação, para preservar a estabilidade institucional”.

Uma resposta ágil às declarações dadas, no dia anterior, por Michel Temer e fartamente reproduzida, em particular pela rede Globo.

No dia 5 de agosto, falando com se houvesse vagância no Palácio do Planalto, Michel Temer declarou que o Brasil precisava que “alguém tenha a capacidade de reunificar” para evitar “uma crise desagradável para o País.”. Temer prossegue: “Os brasileiros querem que o Brasil continue a trilha do desenvolvimento e, por isso, mais uma vez, reitero que é preciso pensar o país acima dos partidos, acima do governo e acima de qualquer instituição”.

No mesmo dia, o ministro da



Lula e Temer, em 12 de agosto, na Palácio do Jaburu

Casa Civil, Aloizio Mercadante protagonizou, no Congresso, uma cena deplorável. Em audiência na Câmara Federal, para tratar da crise do setor naval, acenou para a necessidade de um “pacto suprapartidário”, e rasgou seda ao PSDB. “Precisamos de um pacto que vá além das políticas de Estado. Existem questões como a de responsabilidade fiscal que foi uma contribuição que vocês [PSDB] deram ao país.” Na mesma oportunidade Mercadante disse “o país vive um momento polarizado e de tensão política, ‘depois de erros que

o governo cometeu e que é preciso superá-los” (OESP 6/08).

Na noite do mesmo 5 de agosto, o PSDB ofereceu um jantar ao presidente do Senado Renan Calheiros que reuniu senadores do PMDB e do PSDB, entre eles Aécio Neves (MG) e José Serra (SP), no qual, segundo a imprensa, “foram analisados os prós e os contras de um eventual impeachment da presidente Dilma”. O jantar foi caracterizado pelos presentes como uma tentativa de abertura de um diálogo, por isso, disseram, “um encontro que não deve ser o

último” (OESP 6/08).

Começava assim uma operação, ainda em curso, não descartada pela burguesia de, na impossibilidade de vingar um golpe jurídico para abreviar o mandato de Dilma, transferir ao PMDB – não sem conversação com o PSDB – um papel mais proeminente na situação. Por suposto, para assegurar a “estabilidade institucional” que, por sua vez, assegure e aprofunde o ajuste fiscal.

No Palácio do Jaburu, em 12 de agosto, um café da manhã reuniu ministros e senadores do PMDB, Michel Temer, e o ex-presidente Lula. No encontro, Lula elogiou Temer e Renan Calheiros. Sentindo-se respaldado, Temer disse, a propósito da declaração dada em 5 de agosto “Eu sei que me olharam enviesado, mas não retiro uma palavra do que disse”.

Tal articulação, e a “agenda Brasil” de Renan o comprova (ver pag. 8), só tende a aprofundar o distanciamento do governo com a base social que o elegeu.

Ana Carolina

Contrarreforma política vai para o Senado

Câmara concluiu o segundo turno da votação da PEC

Um dos objetivos de Eduardo Cunha (PMDB) ao assumir a presidência da Câmara Federal era acelerar a discussão e votação da proposta de emenda à constituição (PEC 187/07), da contrarreforma política. E conseguiu. Com a votação ontem do último destaque, a PEC foi aprovada e segue agora para o Senado. No conjunto da obra, a PEC é um desserviço à necessária reforma política que é preciso ser feita para destravar a situação de atraso do país. O destaque votado ontem coroou a obra. Por 317 votos a favor e 162 contra (a bancada do PT votou contra), a Câmara decidiu manter a doação de empresas aos partidos políticos. Assim é incluída na Constituição a permissão de que as empresas possam financiar os partidos políticos. A constitucionalização da doação de empresas escancara a porta para uma das principais fontes de corrupção e de deformação da representação da maioria do povo, pois significa que o poder econômico é que vai continuar definindo a configuração do parlamento.

Para o deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ) a decisão “é lamentável. A Câmara está caminhando na contramão do que espera a sociedade que queria banir as empresas do financiamento das campanhas eleitorais. Uma pesquisa recente revelou que 80% da população brasileira e mais de 100 entidades da sociedade civil queria proibir empresas financiando eleição. A Câmara decidiu o contrário, mesmo com uma margem pequena. A luta continua”.

De fato, o Congresso mais reacionário desde 1964 só pode caminhar “na contramão” do que é preciso para a maioria do povo. Esta contrarreforma agora aprovada tem origem numa proposta costurada pelo PMDB em 2013, que contou com a participação do então deputado do PT, Cândido Vaccarezza, para bloquear e verdadeira reforma política que as mobilizações daquele ano colocaram na ordem do dia, e que só uma Constituinte Exclusiva e Soberana pode realizar.

Encontro nacional pela Constituinte

Na pauta a discussão da continuidade da luta

A luta pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político que ganhou força em 2014, prossegue, numa nova situação no país, marcada pela luta contra o Plano Levy e suas consequências para o povo trabalhador. Mas perspectiva da Constituinte segue colocada pois, de 2013 para cá, o fosso entre as instituições e a maioria do povo (“vocês não me representam”) só se aprofundou.

Assim, diz a convocatória do Encontro: “Vivemos neste 1º semestre de 2015 inúmeras mobilizações sindicais e populares em defesa dos direitos sociais e trabalhistas e da democracia, diante de ataques promovidos por uma ofensiva conservadora, em meio à uma crise econômica e política aguda.

A Secretaria Operativa nacional da campanha do Plebiscito por uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político, bem como as entidades nela representadas, constata que há uma crise das instituições políticas que se aprofunda, a qual atualiza a bandeira da Constituinte que levantamos ao longo de 2014 na campanha do Plebiscito Popular.

Assim, decidimos propor a todas

as organizações que combatem por uma reforma política democrática, que denunciam o caráter conservador e reacionário da farsa de reforma política que o atual Congresso está em vias de adotar – que preserva os privilégios dos parlamentares e sua fonte, que é o financiamento empresarial de campanhas - a realização do Encontro Nacional e Popular pela Constituinte para a Reforma Política em Belo Horizonte (MG), em 4 de setembro, quando se completa um ano da realização do Plebiscito Popular que colheu cerca de 8 milhões de votos.

A convocatória chama o engajamento na “na preparação do Encontro Nacional e Popular de setembro o qual, não temos dúvida, virá somar na luta do povo brasileiro pela democracia, em defesa dos direitos e da Petrobras, contra qualquer retrocesso. Para os setores e entidades já engajados na campanha do Plebiscito Constituinte, a melhor maneira de comemorar o aniversário do vitorioso Plebiscito Popular de 2014 é a preparação do Encontro de Belo Horizonte”.

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



DECLARAÇÃO DO COMITÊ NACIONAL DO DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

Aos companheiros e companheiras do DAP a todos os petistas

Reunido no último dia 7, o Comitê do DAP adotou uma declaração que chama a luta pelos direitos dos trabalhadores, contra o Plano Levy, em defesa da Petrobras e do pré-sal, contra o golpismo e pela democracia e em defesa do PT. Agora é reunir, discutir a declaração e agir!

Neste momento recrudescer a ofensiva da reação explorando as consequências da “guinada” do governo Dilma e a paralisia do PT.

O governo federal não negocia com os servidores, mas anuncia a redução de ministérios, como quer a direita, e Aloísio Mercadante, ministro da Casa Civil, acena ao PSDB.

Frente à nova prisão de Zé Dirceu, o ministro Wagner diz que “a vida continua”, enquanto uma nota da Executiva Nacional tenta contornar a necessária solidariedade face à arbitrariedade do juiz Moro.

Tudo que acentua a confusão entre os petistas e as forças populares!

Enquanto isso, o golpismo volta à rua.

No Congresso Nacional, o PSDB e o PMDB se articulam para voltar a assumir o comando em algum momento.

O vice-presidente Temer tem o desplante - com apoio da Fiesp e da Firjan - de pedir “alguém (!?) acima dos

partidos e das instituições” para uma impossível “união”. Impossível porque os trabalhadores teriam de renunciar a defender seus direitos da sanha da exploração patronal.

Nesta situação instável, está na ordem do dia a defesa do PT, ameaçado de destruição pelos agentes do imperialismo, do qual o Judiciário se faz instrumento. A apuração das denúncias - falsas ou verdadeiras - da fábrica de delações premiadas é um pretexto para a operação da Polícia Federal e do Ministério Público, que quer fazer do PT uma “organização criminosa”, preservando os demais partidos institucionais.

Na verdade, hoje, mais do que nunca os trabalhadores precisam de suas organizações para defender seus direitos, na difícil situação em que a própria cúpula do PT os colocou, com sua adaptação antes às instituições apodrecidas, e a subordinação agora à política econômica suicida do governo Dilma.

Lembremos o Manifesto dos Sindicalistas da CUT ao 5º Congresso do PT, pedindo o partido de volta para os trabalhadores.

DIREITOS E DEMOCRACIA, TUDO A VER
A defesa do PT, como a defesa da

própria democracia, não devem ser separados da defesa dos direitos sociais dos trabalhadores.

Por isso, é não só legítimo como necessário que os trabalhadores se concentrem na luta contra a deterioração das suas condições de vida, na luta contra o plano de ajuste recessivo comandado pelo ministro Levy.

Combater os cortes, as demissões, dirigir as reivindicações a Dilma, como aos governos estaduais e municipais, é um dado da mobilização popular que não deve ser abafada em nome da estabilidade. Ao contrário, é um imperativo para a vitória da democracia contra o golpismo que só os trabalhadores podem assegurar.

Afinal, para o povo a democracia é o acesso ao emprego, à educação, à moradia e à saúde. Mas há certos dirigentes do PT e outros partidos, assim como também setores equivocados da extrema-esquerda, que não querem ver isso, e opõe a defesa da democracia à defesa dos direitos, como se fosse uma “escolha”.

Na verdade, até para defender o mandato popular, cresce a exigência de mudança da política econômica. Em nossa opinião, são exigências vitais a derrubada dos juros, o fim do superávit primário e o controle do câmbio - abaixo o plano Levy!

AGENDA NAS RUAS, COMO O PT AGIA!

No momento, estão mobilizadas várias categorias (principalmente de

servidores), mas também os trabalhadores sem-terra, além da juventude e outros setores oprimidos. No Congresso, há a ameaça do projeto de terceirização e a questão da progressividade na regra 85/95 para as aposentadorias.

Especialmente os petroleiros da FUP estão numa luta de interesse direto para toda a nação: a defesa do pré-sal contra o desmonte da Petrobras pela gestão Bendine e o projeto Serra, com tudo que significa de negativo para a indústria nacional e para as verbas para a educação e para a saúde.

Nos associamos a esta luta para defender essa conquista da Nação contra o imperialismo. Apoiamos todas as formas de solidariedade que tecem a necessária unidade de todas as categorias, setores populares e democráticos nesta questão.

Com urgência, o DAP, através de seus grupos de base, ampliará seu engajamento no apoio aos petroleiros.

Ao mesmo tempo, conclamamos todos os petistas a “agir como o PT agia”, ao invés da atitude de “esperar o que vai acontecer”: somem-se às reuniões dos grupos de base do DAP!

Do mesmo modo, junto com os petistas, estaremos nas mobilizações que movimentos, frentes e a CUT, com apoio do PT, convocam nas próximas semanas, como os atos do próximo dia 20 de agosto previstos em 10 capitais”.

GAÚCHOS FAZEM PLENÁRIA ESTADUAL



Dia 8 de agosto, ocorreu em Porto Alegre a plenária estadual do DAP, com a participação de cerca de 30 companheiros, muitos dos quais participaram pela primeira vez.

Depois de uma ampla discussão onde tomaram a palavra cerca de vinte dos presentes, foi decidido divulgar uma “carta aos petistas” para discutir a situação política, os ataques ao PT, o cerco ao governo Dilma e o que fazer.

A plenária também discutiu a situação no estado, “o governo Sartori, no rastro do desastroso ajuste fiscal do Plano Levy, pretende aprofundar essa política. Cria um clima de terror, corta salários dos servidores e prepara o ‘seu’ ajuste e ‘suas’ reformas”, diz a carta que responde positivamente ao chamado da CUT/RS “engajada na luta dos servidores públicos do estado e convoca os partidos populares - portanto nosso partido - para ir às ruas para derrotar o ajuste do Governo do Estado”.

Foi decidido realizar reuniões do DAP pelo estado onde temos grupos de base, e construir novos, a partir da divulgação da carta.

Laércio Barbosa

DEBATE EM SUZANO (SP)

Com a presença de 34 petistas, de seis cidades da região do alto Tietê (grande SP), ocorreu no último dia 8 o debate “Defender os direitos da juventude e da mulher trabalhadora”, organizado pelo DAP, na sede do diretório do PT de Suzano. A banca de recepção cadastrava companheiros no DAP e distribuía materiais da Petrobras, do próprio DAP e de campanhas do PT local.

Nice, da coordenação do DAP e do PT de Suzano dirigiu a mesa. Terezinha, uma das debatedoras e ex-dirigente da construção civil, disse que “as trabalhadoras são as que mais sofrem com as medidas de ajuste e

a terceirização”. Priscilla, do sindicato dos jornalistas, disse que a situação do jovem “piorou com os cortes de 11 bilhões para educação, feitos pelo Levy”. A discussão destacou a necessidade do PT ter mais espaços para o debate, “o PT não discute mais com a base”, disse Érika, de Guarulhos. A luta em defesa da Petrobras, contra o desmonte da empresa; contra a redução da maioria penal e os cortes de verbas, foram destacadas por várias intervenções. O DAP vai realizar atividades em defesa da Petrobras, em várias cidades da região.

Everaldo Andrade

FUP dá prazo para resposta da direção da Petrobras

Contra o desmonte, petroleiros podem ir à greve por tempo indeterminado

Depois da greve de 24 de julho em defesa da Petrobras, o Conselho Deliberativo da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) se reuniu em Brasília (3 a 7 de agosto), com representações dos sindicatos da FUP, para discutir a continuidade da luta.

Os petroleiros decidiram não medir esforços para impedir que prossiga o plano de desinvestimento e vendas de ativos da Petrobras, política colocada em marcha pelo presidente da estatal, Bendine, nomeado por Dilma.

A FUP e sindicatos filiados reiteraram que farão o que for preciso para defender a pauta política apresentada

à Petrobras, pela reversão dessas medidas, e que até hoje não foi respondida pela empresa. O Conselho estabeleceu prazo até o dia 21 de agosto, para que a direção da Petrobras se posicione sobre a pauta da categoria em defesa da Petrobras, contra uma política imposta por uma lógica de mercado, cujo resultado será o “desmantelamento do Sistema Petrobrás, colocando em risco empregos, direitos e conquistas sociais”, como alerta a FUP. O que deixa o caminho aberto para a entrega do Pré-Sal às multinacionais.

Se as reivindicações não forem atendidas ou sequer respondidas, os

petroleiros começarão a construir uma greve por tempo indeterminado.

Resistência faz a diferença!

A FUP luta também contra o Projeto de Lei 131, do senador José Serra (PSDB/SP), que visa tirar a Petrobras da função de operadora única do pré-sal e acabar com a obrigatoriedade legal da empresa participar em, pelo menos, 30% das áreas exploratórias. Uma luta que mostra que a resistência faz a diferença. As novas mobilizações desta semana, no aeroporto de Brasília e no Senado, mais uma vez surtiram efeito. Os senadores sentiram a pressão e adiaram a instalação da Comissão

Especial que tratará do PLS 131, que, se for aprovado, beneficiará as multinacionais petrolíferas que estão de olho na riqueza do Pré-Sal.

Calendário de luta

A FUP decidiu intensificar as mobilizações neste mês de agosto, incluindo no seu calendário a participação nas manifestações Em Defesa dos Direitos e da Democracia contra o ajuste fiscal, em 20 de agosto, convocadas também pela federação dos petroleiros, com a CUT e movimentos populares e partidos.

Nilton de Martins

MST luta para furar bloqueio do ajuste fiscal

Governo se compromete a recompor orçamento da reforma agrária

Em 3 e 4 de agosto, o MST realizou ocupações de repartições do Ministério da Fazenda em 13 estados e na sede, em Brasília, exigindo a liberação de verbas para a reforma agrária.

Segundo o MST, o alvo foi escolhido porque a Fazenda é o órgão responsável pelo ajuste fiscal de Levy, que impossibilita o investimento público na educação, saúde, reforma agrária, dentre tantas outras políticas necessárias para melhorar as condições de vida do povo.

Como parte do ajuste fiscal foi feito um contingenciamento no orçamento da União (proibição para contratar despesas) de quase R\$ 70 bilhões. As áreas encarregadas de executar a reforma agrária foram atingidas em cheio. No Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a redução foi



Ministério da Fazenda ocupado pelo MST

de 49,4%: dos R\$ 3,5 autorizados pela Lei Orçamentária restaram apenas R\$ 1,8 bilhão.

Os cortes vêm, por exemplo, nas verbas destinadas à desapropriação de terras e assentamento das famílias, atribuições principais do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que vem sofrendo uma paulatina redução orçamentária ao lon-

go dos últimos quatro anos.

O contingenciamento torna impossível o cumprimento da meta, anunciada pelo próprio governo, de assentar as 120 mil famílias acampadas.

novos valores até 20 de agosto. Para Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, a ocupação do Ministério comandado por Joaquim Levy ajudou a mostrar que “esse Ministro não representa o povo brasileiro e sim a elite burguesa desse país. Irmos à luta com ocupações na casa responsável pelos ajustes fiscais possibilitou colocar em foco o arrocho que a classe trabalhadora vem sofrendo”.

E concluiu: “se não houver desapropriação de terras para novos assentamentos, não adianta discutir Reforma Agrária. O governo se comprometeu em recompor o orçamento. Nós seguiremos na luta identificando latifúndios e exigindo que sejam desapropriados para Reforma Agrária conforme nossa legislação”.

Edison Cardoni

Montadoras anunciam novas demissões

Volks propõe redução de salário, operários rejeitam

A Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo (SBC) anunciou que a partir de 1º de setembro vai começar a demitir. A empresa fala em cerca de dois mil trabalhadores excedentes, o que representa cerca de um quinto da mão de obra nessa unidade. Ao anunciar as demissões, a empresa afirmou que a medida poderia ser revista à condição dos trabalhadores aceitarem o PPE (Programa de Proteção do Emprego) que prevê redução de jornada com redução de salários. A empresa quer enfiar goela abaixo o que os trabalhadores já rejeitaram. No início de julho, 73,8% dos operários da

Mercedes de SBC recusaram um acordo firmado entre o sindicato e a empresa que reduzia a jornada em 20% ao ano e o salário a 10%. Na Volkswagen de Taubaté (SP), os trabalhadores rejeitaram a proposta apresentada pela empresa com medidas para evitar demissões.

A empresa propunha, entre outras medidas, revisar um acordo celebrado há três anos que prevê aumento de salários de 2% acima da inflação, e a abertura de um programa de demissão voluntária. Segundo informações do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região (CUT), em assembleia

conjunta dos dois turnos, cerca de 90% dos trabalhadores recusaram a proposta que previa também a possibilidade de adesão ao PPE. O PPE, estabelecido pela Provisória 680 - com redução em até 30% da jornada e salários - foi uma proposta apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em discussão com as montadoras. A CUT autorizou e, sem adotar uma posição, decidiu “acompanhar a experiência” e fazer o debate sobre “a correção ou não da proposta”. Confederações da central como a CONTRACS-CUT (comércio e serviços), e Congressos Estaduais da CUT (como o da Paraíba), to-

maram posição contra o PPE, que não é uma saída, como indicaram os trabalhadores da Mercedes e da Volks.

Em São José dos Campos os metalúrgicos da GM em assembleia realizada em 11 de agosto, decidiram entrar em greve, por tempo indeterminado, contra as demissões feitas pela empresa, por telegrama, durante o final de semana.

Segundo o sindicato da categoria (CSP-Conlutas) a GM não informou o número de demissões, mas no domingo, dia 9, cerca de 250 trabalhadores participaram de uma assembleia dos demitidos.

Servidores gaúchos preparam greve unificada

Política de ajuste compromete salários e serviços públicos

Tão logo o governador do Rio Grande do Sul, Sartori (PMDB) assumiu, as nomeações e os concursos públicos foram suspensos em nome da crise do estado. Todo o mês o governo ameaçava não pagar os salários em dia, gerando um verdadeiro clima de terror no funcionalismo.

No início de agosto Sartori finalmente parcelou os salários de 270 mil servidores em três vezes, uma parcela de R\$ 2 mil, outra de R\$ 1 mil e o restante depois do dia 25 de agosto, deixando claro que no mês seguinte também haverá atraso. Os ataques do governo se estenderam também para a área da saúde. Diversos leitos de hospital foram fechados devido à falta de repasse de recursos colocando todo o sistema de saúde a beira do colapso.

A situação das finanças gaúchas é o resultado da renúncia fiscal, que chegou a R\$ 15 bilhões somente no ano passado, da sonegação, estimada em R\$ 7,5 bilhões, e do pagamento da dívida do estado com a União que consome R\$ 280 milhões todo o mês. A título de comparação, toda a folha do poder executivo (professores, policiais, etc) é pouco mais de R\$ 15 bilhões, ou seja, somente com o dinheiro das isenções seria possível



Manifestação em Porto Alegre em 3 de agosto

duplicar o número de servidores.

Para agravar a situação, no dia 11 de agosto as contas do estado foram bloqueadas pelo governo federal devido ao atraso do pagamento da dívida com a União. Com o objetivo de garantir o ajuste fiscal federal o ministro Levy age como o FMI dos estados. O Ministro da Fazenda também protelou a regulamentação da renegociação da dívida, que por outro lado pouco vai resolver, pois apenas reduz parte do pagamento de uma dívida que já foi paga.

A retração da economia também afeta o Rio Grande do Sul. Não

bastasse o aumento da taxa de juros que paralisa a atividade industrial, as mudanças na legislação do seguro-desemprego vão retirar da economia gaúcha R\$ 500 milhões este ano.

Um dos pacotes enviado para a Assembleia Legislativa extingue Fundações (Zoológico e Jardim Botânico), acaba com a paridade e integralidade das aposentadorias, além de abrir o caminho para o aumento do tempo de serviço para policiais militares. Sartori também deve enviar projetos para a privatização do banco do Estado (Banrisul), da companhia de energia elétrica

(CEEE), de gás (Sulgás), e as outras estatais que sobraram.

Construindo a unidade

No dia 3 de agosto começou uma mobilização, unificando diferentes categorias. Policiais e professores paralisaram as atividades, os militares ficaram nos quartéis. Essa unidade deve avançar.

A CUT, engajada na luta dos servidores, lançou uma nota cobrando que os partidos de base popular assumam as bandeiras defendidas pelos trabalhadores. No dia 12, haverá uma reunião da CUT com os deputados estaduais e a Direção do PT para cobrar do partido que defenda as pautas dos servidores e participe ativamente da luta contra o ajuste do governo estadual.

A coordenação unificada dos servidores, com a participação da CUT, defende que a saída da crise passa pelo fim das isenções, o combate à sonegação e a auditoria e renegociação da dívida com a União.

No dia 18 de agosto será realizada uma assembleia geral unificada onde se discute a deflagração de uma greve de três dias de todo o funcionalismo.

Marcelo Carlini

Servidores na plenária com a presidente Dilma



13.08: Em manifestação organizada pelo Sindsep-DF, a campanha dos servidores federais chegou ao Palácio do Planalto na reunião dos movimentos sociais com Dilma, que leu atentamente os cartazes erguidos por dirigentes do próprio sindicato, da CUT e da Condsef: “Dilma, defenda o mandato, atenda os servidores. Abaixo o Plano Levy-Renan” Aferrado ao ajuste fiscal, governo quer impor acordo de quatro anos.

Para os servidores do judiciário o STF aprovou uma proposta que também prevê reajuste em quatro anos. A categoria luta pela derrubada do veto que Dilma opôs a outro projeto, mais favorável, aprovado no Congresso.

Ocupação Douglas Rodrigues

Haddad (PT) assinou o Decreto de Interesse Social

As duas mil famílias da ocupação Douglas Rodrigues, localizada na Vila Maria, zona leste da capital paulista, conquistaram uma vitória importante. Em 4 de agosto, foi publicado o decreto assinado pelo prefeito Haddad, que torna a área de “Interesse Social” (DIS) para “implantação de núcleo habitacional destinado à população de baixa renda”.

A vitória veio com muita luta. O terreno abriga cerca de 10 mil pessoas vivendo de modo precário, sem saneamento, com iluminação improvisada, em barracos construídos em estreitas vielas. A empresa proprietária do terreno tem uma dívida de R\$ 1 bilhão com a União. Há dois anos, os moradores, com o Movimento Independente de Luta por Habitação da Vila Maria (MIVM), lutam para reverter as diversas decisões de reintegração de posse. Realizaram passeatas, manifestações e se encontraram diversas vezes com o prefeito Haddad e outras autoridades municipais e estaduais, para exigir que a área seja destinada às famílias que lá moram.

Impasse

Apesar da assinatura do DIS, o despejo pode ocorrer. O juiz Fabio Pellegrino

responsável deu, mais uma vez, ganho de causa para o pedido de reintegração de posse, em 29 de julho. Nesse dia, cerca de dois mil moradores, foram em marcha ao Fórum onde o pedido é julgado, exigindo solução para a situação angustiante de poder ser expulso a qualquer momento, sem ter para onde ir. Michel, de 12 anos, perguntou ao juiz: “O Senhor tem filho? Seu filho mora numa casa? Então porque o senhor quer tirar a nossa ocupação?”. O juiz não recebeu os manifestantes e nem respondeu à imprensa sobre o que teria motivado a decisão, uma vez que a desocupação pela PM poderia causar uma tragédia semelhante ao que ocorreu em 2012 na reintegração do Pinheirinho (São José dos Campos-SP).

Com todas as dificuldades, o clima na ocupação é de unidade e disposição para lutar até a vitória, a conquista definitiva do terreno. A direção do MIVM tem tomado constantes iniciativas para reverter a decisão do juiz Pellegrino. Nenhuma família se retirou do local, pois todos têm a confiança de que com a luta pode conquistar o direito à moradia.

Francine Iegelski

AGORA, É UM PLANO RENAN-LEVY!

“Agenda Brasil”: 43 medidas contra os trabalhadores e a nação

No dia 5, o vice-presidente Temer (PMDB), pediu “alguém acima dos partidos e das instituições para reunificar o país”. Dia 6, a Fiesp e a Firjan apoiaram a proposta “estabilizadora”.

Então, dia 10, “alguém”, no caso, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), apresentou uma “agenda Brasil” acertada com o ministro Levy. No dia 11, Levy reuniu-se com os 10 maiores banqueiros para alinhar as propostas. E, finalmente, dia 12, Renan junto com os ministros Levy e Barbosa arredondaram a versão final da agenda que, segundo ele, “tem que tratar de tudo, da reforma do Estado, da coalizão, da sustentação congressual”.

Inaceitável, na forma e no conteúdo!

Renan e a equipe econômica, por cima dos partidos e fora da sessão do Senado, reuniram 30 senadores e, ali mesmo, no joelho, aumentaram as 29 medidas iniciais para um programa de 43 pontos de desmantelamento (ao lado, 12 principais).

É a boa parte do programa de regressão social da reação golpista e pró-imperialista: aponta para a integração com os EUA via livre-comércio, quebra as garantias das destinações sociais no Orçamento da União, indica o aumento da idade para aposentadoria, além de outras

demandas patronais ou do PSDB, mas nenhuma dos trabalhadores - as referências genéricas ao imposto sobre herança e à metas de emprego nas desonerações são só cortina de fumaça.

É inaceitável a presidente Dilma avaliar “as propostas muito bem vindas” (OESP, 12/8), pois é o contrário do mandato das urnas.

É incompreensível que o ex-presidente Lula, segundo os jornais, avalize o “pacote do PMDB (que) pode salvar sua sucessora do impeachment” (OESP, 13/8), assim como o silêncio do presidente do PT, Rui Falcão, a respeito (a CUT que não se pronunciou reunia sua direção após o fechamento desta edição).

Os próximos dias dirão muito do futuro das forças políticas e sindicais que seguirem este roteiro.

Nada, nem um desespero face às pressões da direita, nem supostas manobras para enfraquecer Cunha e a oposição, justificam assumir o seu programa, assim! O governo Dilma arriscaria virar boneco de ventríloquo dos inimigos do povo.

Mas a última palavra ainda não foi dada. Isso, definitivamente, não vai ficar assim.

Mais que nunca os trabalhadores tem motivo para unir suas organizações e derrubar esse novo plano Renan-Levy.



Renan, Barbosa e Levy, que trio!

A METRALHADORA

- “Acabar com a união aduaneira do Mercosul, a fim de possibilitar que o Brasil possa firmar acordos bilaterais ou multilaterais” - leia-se abrir para tratado de livre-comércio com os EUA.
- “Definir a idade mínima para aposentadoria” - leia-se aumentar a atual idade.
- “Favorecer maior desvinculação da receita orçamentária dando flexibilidade ao gasto público” - leia-se acabar com as garantias de verbas sociais como educação e saúde.
- “Regulamentar o ressarcimento pelos associados de planos de saúde, dos procedimentos e atendimentos realizados pelo SUS” - começo da privatização.
- “Redução de Ministérios e estatais” - programa do PSDB.
- “Reforma das Agências Reguladoras com foco na independência” - PSDB
- “Regulamentar o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal” - PSDB
- “Implantar o modelo de administração pública gerencial” - PSDB
- “Regulamentar os terceirizados melhorando a segurança jurídica” - reivindicação patronal.
- “Revisão dos marcos jurídicos que regulam áreas jurídicas” - reivindicação ruralista.
- “Revisar resolução do Senado que regula o imposto sobre heranças” - generalidade.
- “Condicionar a desoneração da folha a metas de emprego” - generalidade, não garante nada.

O ministro do Planejamento na Executiva do PT

“Superávit não é de esquerda nem direita, é um dever”

O ministro Nelson Barbosa, do Planejamento, esteve presente na reunião da Executiva Nacional, dia 3, onde apresentou uma análise da situação econômica e se submeteu ao questionamento de dirigentes do PT.

A relevância da disposição do ministro é que o economista compõe com Levy, no ministério da Fazenda, e Tombini, no Banco Central, o núcleo da equipe econômica do governo da coalizão presidido por Dilma. Nas últimas semanas, com o desgaste do plano de ajuste cujo eixo é o superávit fiscal primário, a imprensa especulou sobre a “ascensão” do economista mais ligado ao PT como contraponto ao banqueiro Levy.

Barbosa disse que “não estamos numa crise, mas face ao maior desafio deste governo”, a saber, “uma fase de transição: a rede de proteção social precisa se adequar à realidade fiscal”. Então, ele não propôs corrigir a rota do chefe da

área, Levy, e não foi por elegância (compartilham o ministério) mas por convicção.

Para o ministro, já há sinais positivos. “A recuperação do comércio exterior apoiada na desvalorização cambial é muito positiva, mesmo se não alavanca toda a economia”, mas, acrescenta ele, em “segundo lugar, ainda neste semestre vão se ampliar os investimentos com as concessões (privadas) na infraestrutura, a 3ª fase do Minha Casa e os investimentos da Petrobras em 2016”. Tudo confluindo para, “em terceiro lugar, lá pelos meados de 2016, se refletir na melhora do consumo das famílias”. Um processo “sem grande custo social”, avaliou o ministro.

No debate que se seguiu, questionado, Barbosa defendeu que “o superávit fiscal primário não é de esquerda, nem de direita, é um dever” (!), tal qual dizem os banqueiros, como se não fosse uma imposição recente do FMI. Ao contrário, saudou o mecanismo,

segundo ele, “necessário porque o mundo se endividou”.

À sugestão da “auditoria da dívida”, o ministro descartou, “é um debate dos anos 80”...

“É razoável perder salário”

Pretendeu que “não houve restrição de direitos” nas MPs votadas no 1º semestre e ignorou a questão do que dizer aos milhares que perderam seus empregos e aos milhares que ainda perderão, na hipótese de “melhorar” já em meados de 2016.

Um dirigente presente (docente federal) lembrou que estava em greve, pois o sindicato não aceitou o reajuste abaixo da inflação, proposta que um “governo nosso nem deveria fazer”, mas o ministro rebateu: o reajuste é sobre a inflação futura, não repõe inflação passada, pois a situação fiscal não permite. E acrescentou: “no momento em que os trabalhadores do setor privado estão tendo perdas salariais

nos acordos coletivos de até 2%, é razoável também cair o do servidor público”.

O ministro justificou o superávit primário, não cogita de intervir no câmbio, sua conversa é “melhorar o ambiente de negócios, oferecer oportunidades aos investidores nacionais e internacionais”. Defende subir os juros e as tarifas dos serviços, mesmo quando admite que caem os salários, pois, como disse Barbosa, “é tudo uma questão de grau”.

Esse não é uma alternativa a Levy. Seu esquema - exportação, depois investimento privado, para finalmente chegar ao consumo -, não apaixona, lembra o esquema do ex-ministro da ditadura, Delfin Neto, que nunca chegava ao consumo.

Barbosa e Levy talvez sejam o guarda “bom” e o guarda “mal” da estória da delegacia de polícia.

Direção omissa frente à escalada contra o PT

Reunida no dia seguinte à prisão de José Dirceu, Executiva se cala

No dia 27 de julho o todo poderoso juiz Sérgio Moro decreta a prisão preventiva de José Dirceu. No despacho se lê “não há como não reconhecer a presença de risco à ordem pública, a justificar a prisão preventiva para interromper o ciclo delitivo”. Em 3 de agosto, quatro dias depois do atentado à bomba contra o Instituto Lula, Dirceu, que cumpria pena em prisão domiciliar, condenado no fraudulento julgamento da Ação Penal 470, é levado preso novamente e está agora em Curitiba, numa prisão por tempo indeterminado.

Um processo montado com as delações premiadas que, ultrajando a presunção da inocência, estabelece agora que todos – os petistas em particular – “são culpados até que se prove o contrário”. Moro decretou que Dirceu é um “risco à ordem pública” e, para interromper o “ciclo delitivo”, o condena a nova prisão.

Foi um deleite para os porta-vozes da burguesia.

Editoriais do Estadão comemoram: “José Dirceu, acusado de ser um dos principais articuladores do esquema de corrupção urdido para dar base de sustentação financeira ao projeto de poder do PT”. O jornal afirma que a Operação Lava Jato – assim como antes o “mensalão” – “demonstra que para a elite do PT vale meter a mão para financiar seu projeto de poder e, de quebra, enriquecer antigos guerreiros desse mesmo povo brasileiro” e comemora o “sepultamento do mito de ‘guerreiro’”. Não faltaram também declarações de que as investigações vão chegar a Lula, retomando inclusive a teoria do domínio do fato,



Dirceu preso pela PF



Moro, o “justiceiro”

a mesma que serviu para condenar injustamente a José Dirceu.

A burguesia sabe o que quer. O “risco à ordem pública”, o “ciclo delitivo” que pretender acabar não tem nenhuma identificação com qualquer interesse público, da nação ou do povo.

Só não vê quem não quer

No dia 4, reuniu-se a Executiva Nacional do PT. Na nota adotada assume uma postura de avestruz. Como quem se “desvencilha” de um incômodo, de maneira vergonhosa a nota não menciona o nome de José Dirceu e não presta a solidariedade necessária a um companheiro que, nesse momento, concentra o alvo da ofensiva contra o partido. Uma omissão que semeia ainda mais confusão entre os petistas, enxovalhados pelos reacionários e sem meios de reagir.

Nenhum erro cometido, como, aliás, foram muitos os erros que levaram à Ação Penal 470, cujas portas foram abertas pela política de alianças de colaboração com a burguesia, se sobrepõe à necessidade de fazer frente ao processo em curso no país,

manietado pelos interesses dos que querem varrer do cenário qualquer obstáculo aos apetites do imperialismo para subjugar a nação. É isso que está em jogo!

Numa só tacada, a Operação Lava Jato, visa o PT para sepultar “o mito” de que trabalhador possa se organizar em partidos e sindicatos e impor medidas que correspondam a seus interesses e aos da nação, como o passo que foi dado durante o governo Lula, no regime da partilha para a exploração do Pre-Sal. A Operação Lava Jato serve para enfraquecer a Petrobras, a serviço das multinacionais petrolíferas.

A que interesses correspondiam o monitoramento pelo Departamento de Estado dos EUA, através de suas embaixadas, dos negócios feitos pela Odebrechet em vários países e de viagens de Lula, entre 2007 e 2010?

A vida segue?

Frente à prisão de Dirceu, a reação de porta-vozes do governo foi lamentável. O ministro da Defesa, Jacques Wagner, disse, como se o país vivesse em situação de normalidade: “as in-

vestigações seguem, e o país também segue funcionando e com a economia funcionando. O ambiente é que a gente tem que tentar melhorar para poder estimular investidores e estimular a economia a crescer”.

Um descalabro! A Lava Jato já está enfraquecendo a Petrobras (hoje submetida a um plano de desinvestimento promovido pela direção da empresa), já provocou milhares de demissões e, sob o comando de Moro, dois dirigentes do PT, José Dirceu e João Vaccari, estão injustamente presos. E o país segue funcionando?

É uma capitulação criminoso frente à ofensiva hoje contra o PT, mas mirando as organizações dos trabalhadores, para estimular, não o crescimento, mas a pilhagem da nação.

Os “justiceiros”, como qualificou o Senador Requião (PMDB-PR) ao condenar a prisão de José Dirceu (o que era de se esperar dos parlamentares e dirigentes petistas), encastelados na Operação Lava Jato, são a ponta de lança da “guerra” do imperialismo dos EUA para recuperar o terreno perdido no continente, destruir as conquistas arrancadas com a luta dos trabalhadores e bloquear qualquer avanço.

A defesa do PT e a solidariedade aos companheiros injustamente presos, diz respeito a todos que lutam em defesa dos direitos dos trabalhadores e de uma nação soberana.

Misa Boito

Com as mãos atadas

Caminho da ofensiva contra o PT foi aberto pela falta de reação da cúpula na AP 470

A imprensa diz que, ao contrário da postura na Ação penal 470, quando a direção do partido teria defendido os companheiros transformados em réus no mensalão, agora toma distância diante da prisão de Dirceu. Errado, a cúpula, adaptada às instituições, se calou nos dois casos.

Em 2012 e 2013, enquanto se desenvolvia o espetáculo midiático do julgamento de José Dirceu, José Genoíno, João Paulo Cunha e Delúbio Soares, a direção assistia passivamente. Justiça seja feita, contava para isso com o apoio de outras correntes, como a Mensagem ao Partido, que, em nome

de uma pretensa ética universal, condenava internamente os réus, o que levou inclusive à expulsão de Delúbio Soares, o que não contou com o apoio da Corrente O Trabalho.

No estouro do mensalão, com a denúncia jamais comprovada de Roberto Jeferson, começava a “cruzada moralista”, que hoje segue se desenvolvendo com a Operação Lava Jato, por um juiz inspirado pela Operação Mãos Limpas na Itália, desencadeada em 1992 e que resultou no governo de Sílvio Berlusconi.

O apelo à moral, o pretenso combate à corrupção, apoiando-se em

instituições e partidos a serviço da submissão do país ao imperialismo, é um artifício usado não só no Brasil e não apenas hoje, embora nos dias atuais avulsem exemplos.

Já no curso da ofensiva, após a reeleição de Dilma, quando já era clara a operação política que animava a Lava Jato, a direção aprovou uma resolução, para mostrar “bom comportamento”: “O PT reafirma a disposição firme e inabalável de apoiar o combate à corrupção. Qualquer filiado que tiver, de forma comprovada, participado de corrupção, deve ser expulso”. E a palavra foi dada a Sérgio Moro!

Ao acuar-se diante da fraude que

foi a Ação Penal 470, a direção desnor-teou a militância, atou as mãos do partido, e assim pavimentou um caminho que busca “extirpar” o PT do cenário político, como já disseram dirigentes do PSDB.

Os trabalhadores, os militantes, poderão julgar aqueles que, ao invés de viver para seu movimento, vivam do seu movimento, por exemplo, fazendo lobby legal. Mas julgarão também, com certeza, os que se omitem diante de um processo brutal para destruir o partido que construíram na luta para “transformar a ordem econômica, social e política” do país.

Há 75 anos Trotsky era assassinado

Objetivo de Stálin era impedir a continuidade da 4ª Internacional fundada em 1938

Em 20 de agosto de 1940, Leon Trotsky foi golpeado de morte por um agente de Stálin, vindo a falecer no dia seguinte em Coyocán, periferia da cidade do México, onde se encontrava asilado desde 1937.

Líder, ao lado de Lênin, da Revolução Russa de 1917, comandante do Exército Vermelho que ganhou a guerra civil que se seguiu à tomada do poder pelos bolcheviques, Lev Davidovitch Bronstein, seu nome real, morreu aos 60 anos, depois de uma intensa vida militante na luta pelo socialismo.

Sua contribuição política e teórica à luta pela emancipação da classe trabalhadora de toda a forma de opressão, tendo como base a defesa do marxismo, foi inseparável da sua ação militante no seio do movimento operário russo e internacional. Trotsky afirmava, nos últimos anos de sua vida, que a sua principal tarefa, aquela que pelas circunstâncias históricas o tornou "insubstituível", foi a constituição da 4ª Internacional em setembro de 1938 para assegurar - diante da falência e traição da 2ª Internacional (social democrata) e da 3ª Internacional, burocratizada e colocada a serviço da política contrarrevolucionária do stalinismo - a continuidade do marxismo, ferramenta indispensável na luta contra o imperialismo ("etapa superior do capitalismo", na fórmula de Lenin) e pelo socialismo ("a expropriação dos expropriadores", como dizia Marx)

A conciliação de classes prepara a derrota

O abandono dos princípios de independência de classe e internacionalismo, com a adoção de políticas de conciliação de classes com a burguesia pelas direções das 2ª e 3ª Internacionais, em situações de aguda crise do sistema capitalista - a eclosão da 1ª Guerra mundial em 1914 num caso, e o processo que desemboca na 2ª Guerra mundial (1939-1945) no outro - foi o elemento determinante para transformá-las em instrumentos supletivos do imperialismo para sufragar a luta revolucionária da classe operária e dos setores oprimidos.

Num momento em que, no Brasil, atravessamos uma crise econômica, política e institucional aguda que acua o governo Dilma, governo de ampla coalizão com partidos burgueses, depois de 12 anos de presença do PT à cabeça de governos de conciliação de classes, as lições deixadas por Trotsky ao analisar o fenômeno das Frentes

Populares nos anos 30, guardadas as proporções e momentos históricos distintos, permanecem atuais.

Em "Aonde vai a França" (1936), Trotsky explica que: "A 'Frente Popular' é uma coalizão do proletariado com a burguesia imperialista, representada pelo Partido Radical e outras podridões da mesma espécie e menor envergadura, coalizão que se estende ao terreno parlamentar. Em ambos terrenos, o Partido Radical conserva toda a sua liberdade de ação e limita brutalmente a liberdade de ação do proletariado... A tendência geral das massas trabalhadoras, incluídas as massas pequeno burguesas, é completamente evidente: ir para a esquerda. A orientação dos chefes dos partidos operários, não é menos evidente: ir para a direita. Enquanto as massas, pelo seu voto e sua luta, querem derrubar o Partido Radical, os chefes da frente única, pelo contrário, querem salvá-lo".

O freio da colaboração de classes tem como consequência a desmoralização das massas e prepara o terreno para a tomada do poder pela direita. Nos anos 30, pelo fascismo, em outros momentos históricos, como no Chile dos anos 70, por golpes militares como o de Pinochet, que, nunca é demais lembrar, foi colocado por Allende no comando das forças armadas.

O Programa de Transição (1938), depois de afirmar que "Frentes Populares de um lado e fascismo de outro, são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária", agrega que "do ponto de vista histórico, estes dois recursos são apenas ficções", pois "a putrefação do capitalismo continua" e só a "derubada da burguesia pode oferecer uma saída". O que se liga à afirmação de que: "A orientação das massas está determinada, de um lado, pelas condições objetivas do capitalismo que se deteriora; de outro, pela política traidora das velhas organizações operárias. Destes dois fatores, o fator decisivo, sem dúvida, é o primeiro: as leis da História são mais poderosas que os aparelhos burocráticos".

Ou seja, a luta da classe trabalhadora contra a exploração do capital seguirá sendo o fator determinante para encontrar uma saída para as crises provocadas pela política de conciliação de classes das direções, e de forma mais geral para a própria crise da humanidade.

Julio Turra



Trotsky conversa com soldados do Exército Vermelho

O fio de continuidade da 4ª Internacional

Uma expressão da continuidade do combate da 4ª Internacional é o ato convocado pela sua seção francesa, Corrente Comunista Internacionalista (CCI), que constrói com outras correntes o Partido Operário Independente (POI), para 29 de agosto no túmulo de Leon Sedov (filho de Trotsky) no cemitério Thiais em Paris. Na convocatória, publicada no jornal "Informações Operárias", podemos ler:

"Após a crise de dispersão da 4ª Internacional de 1951-53, provocada por aqueles que pensavam serem os 'chefes', por dirigirem o secretariado internacional e se opunham à maioria da direção francesa, à qual queriam proibir a aplicação de suas decisões majoritárias, a seção francesa foi reduzida a um grupo de cinquenta militantes ao redor de Pierre Lambert.

A luta contra o pablismo (corrente de adaptação ao stalinismo dirigida pelo secretariado internacional) exigia clareza. Assim, depois que em 1954 se iniciou a guerra da Argélia, que em 1956 eclode a revolução húngara dos conselhos e que em 1958 De Gaulle chega ao poder, Lambert propõe interromper a publicação semanal de 'La Verité', pois ela não correspondia ao estado das forças trotskistas. Para Lambert era preciso parar de afirmar artificialmente que o PCI (Partido Comunista Internacionalista, nome da seção francesa à época, NDT) já

era o partido revolucionário acabado. Inicia-se então a publicação de 'Informações Operárias' como 'tribuna livre da luta de classes', o que correspondia a que o pequeno núcleo de trotskistas deixasse de ser um grupo de propaganda e passasse a se implantar no movimento operário.

Não seria apenas a afirmação de posições justas que construiria o partido, era preciso também encontrar as vias e meios para fazê-las penetrar na classe operária, através de um trabalho com militantes sindicalistas ou anarco-sindicalistas que, sem compartilhar a posição dos trotskistas, estavam dispostos a discutir e agir.

'Informações Operárias' foi o órgão histórico do combate que assegurou o fio de continuidade com os fundadores da 4ª Internacional. Anos depois, Pierre Lambert, retomando o que Trotsky constatou às vésperas da 2ª Guerra Mundial sobre o isolamento dos trotskistas, afirmou: 'Não, não somos mais exilados no seio de nossa própria classe'. Em 29 de agosto vamos nos reunir para afirmar a continuidade do combate dos fundadores da 4ª Internacional, do combate de Pierre Lambert e seus camaradas que colocaram 'Informações Operárias' no coração da construção da 4ª Internacional".

Violência crescente contra os palestinos

“Eles confiscam a terra, destroem as casas e matam, mas ninguém é culpado!”

Ali Dawabcheh, um bebê de 18 meses, foi morto, ao ser queimado vivo, no dia 31 de julho, em ataque criminoso de colonos israelenses contra uma família palestina em Duma, perto de Nablus, na Cisjordânia. O pai da criança, Saad, morreu no dia 8 de agosto, enquanto a mãe e um irmão de quatro anos continuam hospitalizados.

Desde o ataque, várias manifestações de protesto e enfrentamentos com a polícia e o exército israelenses se desenvolvem nas vilas palestinas da Cisjordânia e no interior do Estado de Israel. Reproduzimos entrevista realizada pelo jornal “Informações Operárias”, do Partido Operário Independente (POI) da França, com Taher, militante árabe-palestino que vive no Estado de Israel.

IO – De onde vem a audácia intolerável dos assassinos do bebê em Duma?

Taher – Os colonos da Cisjordânia obtêm todo o apoio do governo israelense. Eles sabem que ninguém irá puni-los por seus crimes na Palestina.

IO – O primeiro-ministro Netanyahu disse que levará os autores do ataque à Justiça. Vindo de um governo que continua a instalar colônias, multiplica leis racistas e agrava a repressão contra os palestinos, não soa hipócrita?

Taher – Não se pode dar nenhum crédito às declarações e condenações oficiais. Há vários exemplos de crimes que ficaram impunes. Em 2000, por exemplo, depois que o exército israelense matou dois palestinos em Jerusalém, milhares de pessoas manifestaram-se na Galileia.

Treze jovens foram mortos à queimadura, e as famílias demandaram uma investigação. A Alta Corte de Justiça israelense concluiu que não havia culpados. Eles confiscam a terra, destroem as casas, matam os jovens, as mulheres e as crianças, mas ninguém é culpado!

IO – O presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, anunciou que apresentaria um dossiê por “crime de guerra” no Tribunal Penal Internacional (TPI). O que você acha?

Taher – O TPI protege os interesses do Estado de Israel e dos ocidentais. O papel essencial determinado pelo Estado israelense ao presidente da Autoridade Palestina é o de garantir a segurança de Israel e fazer de tudo para que o povo palestino seja mantido sob controle, por isso a estreita

colaboração entre os serviços de segurança israelenses e os da Autoridade Palestina. Todos sabem, além disso, que serão necessários talvez dez anos para que o caso seja submetido ao TPI. Para mim, não há nenhuma solução por fora da resistência contra a ocupação.

IO – Quais são as reações hoje, entre os árabes-palestinos, no interior do Estado de Israel?

Taher – Ocorreram grandes manifestações em Haifa e em Nazaré, onde cinco mil pessoas saíram às ruas. Centenas de jovens palestinos bloquearam a estrada principal entre Nazaré e Telaviv. Uma grande manifestação está prevista para breve em Yafo, perto de Telaviv.

Catalunha: direitos ameaçados

Política da monarquia espanhola e do capital financeiro busca impedir a soberania popular

O direito à soberania para o povo da Catalunha, que integra o Estado espanhol, continua sob forte ataque da monarquia e das instituições do capital financeiro. A visita do rei Felipe 6º a Barcelona, em 23 de julho, teve como objetivo reafirmar a autoridade do Estado contra qualquer expressão possível de soberania catalã.

Há inquietação e incerteza entre os povos da Espanha e nas famílias trabalhadoras. Na Catalunha, todos se perguntam aonde levarão as declarações dos representantes do Estado, quando ameaçam aplicar o artigo 155, que prevê a possibilidade de sus-

pensão da autonomia na Catalunha.

Organizações e partidos que dizem defender a democracia e os trabalhadores se alinham à monarquia. Pedro Sánchez, o secretário-geral do PSOE (Partido Socialista), comprometeu-se a cerrar fileiras em torno do primeiro-ministro Mariano Rajoy, do PP (direita neofranquista). É verdade, de outro lado, que outras vozes socialistas se fizeram ouvir para repudiar essa política, assim como as instâncias catalãs das centrais sindicais UGT e Comissões Operárias tomaram posição sobre o respeito ao direito de decisão do povo catalão.

Pela república

Não se pode igualar o Estado opressor de todos os povos da Espanha ao governo da Generalidade (nome do governo catalão – NdT). Porém, é preciso constatar que o atual presidente da Generalidade da Catalunha, Artur Mas, enquanto afirma trabalhar pela soberania, aplicou, nos seis últimos anos, todos os cortes orçamentários exigidos pelo capital financeiro e por suas instituições (FMI, União Europeia).

Não há direitos nacionais sem direitos sociais. A menor reivin-

dicação, social ou democrática, se choca com o regime corrupto. É necessário resolver aquilo que vem sendo postergado há 40 anos: instaurar a democracia, o que passa pela república, e pôr fim aos cortes orçamentários, às contrarreformas, à perseguição antissindical. Isso dá sentido à luta pela república catalã, abrindo caminho para uma união livre das repúblicas soberanas da Espanha, como expressa um apelo lançado pela Aliança dos Trabalhadores e dos Povos.

Correspondente

Uruguai: paralisação nacional

Atendendo ao chamado do PIT-CNT, o país parou em 6 de agosto

A situação política no Uruguai está amarcada pelo ascenso da luta de classe. O governo Tabaré Vasquez (Frente Ampla) pede “cautela” às demandas populares por aumento de salários, contra as demissões em dezenas de empresas e a paralisação de várias obras públicas.

Mas, a paralisação dos trabalhadores organizados no PIT-CNT (central sindical), em 6 de agosto, foi a maior nos último oito anos.

Mais de um milhão de trabalhadores (numa população de 3,4 milhões) responderam à convocatória do PIT-CNT paralisando o país inteiro, em apoio às reivindicações para enfrentar os impactos da crise do capitalismo que o governo pretende que caiam

nos ombros dos trabalhadores. Os pequenos comerciantes também aderiram. Os canais de televisão mostravam a principal avenida de Montevidéu, a 18 de julho, totalmente deserta, todo o comércio fechado.

No interior do país, a paralisação também foi forte. E tudo isso, apesar de diversos ministros do governo darem declarações de que “essa paralisação não é oportuna, o governo recém começa, os investidores vão retirar seus capitais do país. Temos que cuidar do déficit fiscal, moderarem nas reivindicações”!!!

Mas, apesar das tentativas do governo, os trabalhadores responderam massivamente à paralisação, surpreendendo a própria expectativa do



PIT-CNT. Pensamos que a direção do movimento operário deve ler bem essa resposta e não ignorar a vontade dos trabalhadores que não estão dispostos a renunciar da luta para conservar suas conquistas e conseguir suas reivindicações. Devemos continuar em luta. Organizá-la nas fábricas, oficinas, nas escolas e na saúde.

Os trabalhadores reivindicam aumento salarial, 6% do PIB para a

educação e se colocam contra o TISA (acordo de comércio e serviços), com os EUA, União Europeia e outros países, a serviço das multinacionais..

Definitivamente, os trabalhadores e o conjunto do povo, com seu massivo apoio à paralisação de 6 de agosto, mostrou o caminho a seguir.

Correspondente

As perspectivas para as eleições na Venezuela

Desafios para os trabalhadores em meio ao desabastecimento

Para as eleições parlamentares de 6 de dezembro, os inúmeros grupos de oposição da Venezuela, coligados na chamada MUD (Mesa de Unidade Democrática), engalfinham-se sobre como derrotar o chavismo, o que teria graves consequências para a população, com impacto profundamente negativo no conjunto da América Latina.

Hoje, há semelhanças com a situação do Brasil onde, instigada pelo imperialismo, a oposição derrapa para o terreno da desestabilização golpista contra o mandato popular de Dilma Rousseff para, logo em seguida, ser chamada à moderação.

Para os mais extremistas, do partido "Voluntad Popular", a primeira opção não é o cenário eleitoral. Eles pressionam pela renúncia ou derrubada de Maduro ainda antes das eleições. Consideram que isso seria possível se todos os grupos da MUD se engajassem em ações de rua violentas, as "guarimbas", como as do primeiro semestre de 2014. Em julho, um porta-voz golpista divulgou a "previsão" de que em agosto haveria "tensão, ataques, saques ao comércio, gente ferida, explosões"

Outros opositores, ditos moderados, articulam-se com partidos e personalidades que antes apoiavam o governo, propondo um diálogo e entendimento para a construção de uma agenda de consenso, para a qual deveriam convergir juntos os trabalhadores e patrões. É a velha política de "união nacional" para que os trabalhadores se subordinem aos interesses dos patrões nacionais e internacionais.

A política do imperialismo

Depois da virada na política do imperialismo estadunidense para a América Latina, verificada na 7a. Cúpula das Américas (Panamá, abril de 2015), está claro que a política da extrema direita difere da linha oficial da Casa Branca que, hoje, em vez da saída abrupta de Maduro, prefere fazer pressão para integrá-lo à preservação dos interesses do imperialismo.

O giro da política estadunidense para a região, marcado, sobretudo, pela retomada de relações com Cuba, teve também impacto no Brasil. Dilma Rousseff voltou de sua viagem aos EUA, no início de julho, ainda mais determinada a dobrar-se às pressões do imperialismo e levar até o fim o ajuste fiscal exigido pelo capital financeiro.

Não se pode afirmar a mesma coisa de Diosdado Cabello, Presidente da Assembléia Nacional da Venezuela que, em meados de junho, se reuniu,



Guerra econômica da burguesia deixa prateleiras vazias

no Haiti, com um conselheiro do Departamento de Estado dos EUA. Mas é evidente que esse encontro se integra num processo de aproximação bilateral e é coerente com o apoio técnico que a Venezuela forneceu para as eleições de 9 de agosto, no Haiti, organizadas a fórceps diretamente pelo imperialismo e sob a tutela da Minustah.

Crise econômica

A situação econômica, que já era difícil, se agravou com a queda dos preços do petróleo, única fonte de divisas, essenciais para um país que importa grande parte dos produtos que consome. A inflação atingiu 96,8%, ou seja, 30 pontos a mais que em 2014.

A crise de abastecimento persiste e as medidas que o governo adota são ineficazes diante da sabotagem econômica de setores da burguesia que desviam mercadorias para o mercado paralelo interno ou para o contrabando em direção a países fronteiriços, sobretudo a Colômbia. A manipulação do dólar chegou a tal ponto que até mesmo a Associação dos Bancos soltou um

comunicado pedindo à população que confie apenas nas cotações oficiais divulgadas pelo governo e não mais nos indicadores manipulados pelos cambistas do mercado paralelo.

Mas, ao contrário de Dilma, diante da crise e das pressões da burguesia, o governo Maduro não recorreu a medidas de ajuste contra os trabalhadores, o que explica a preservação de uma base de apoio popular para o chavismo. Como explica um companheiro sindicalista:

"Para ter uma ideia das manipulações econômicas, num determinado dia a cotação do dólar no câmbio negro era de 288 bolívares por dólar, enquanto a cotação oficial era de 198 bolívares. Menos de uma semana depois, o mercado negro dizia que a cotação era de 400 bolívares enquanto o oficial mal chegava a 200 bolívares. Ato contínuo, os contrabandistas-paramilitares da fronteira com a Colômbia manipularam também a cotação do bolívar em relação ao peso colombiano para facilitar o contrabando. Assim, a guerra econômica questiona toda a política salarial de Maduro, que havia determinado a negociação dos contra-

tos coletivos além do reajuste do salário mínimo e reajustes de salários para os servidores públicos."

A preparação das eleições

Assim, o processo eleitoral ocorre numa situação complexa com a população trabalhadora afetada pela carestia, inflação e especulação. A direita, evidente, tentará surfar na onda da crise para mudar a correlação de forças.

No entanto, o quadro é muito contraditório e não será fácil derrotar o governo Maduro, apesar do seu desgaste.

A oposição continua profundamente dividida e sem propostas de governo a não ser a derrota de Maduro. Enfrenta numerosos conflitos para fechar suas listas de candidatos.

Houve um momento em que se acreditava que pudesse surgir com força alguma opção política que ocupasse um terreno entre a oposição pró-imperialista e o chavismo. Essa perspectiva, hoje, parece inexistente.

Já o chavismo, agrupado na coalisão denominada Gran Polo Patriótico (cujo maior partido é o PSUV, fundado por Chavez) conseguiu, não sem dificuldades, estabelecer uma forte lista de candidatos, atraindo, inclusive, ex-opositores como deputado Ricardo Sánchez, suplente de María Corina Machado. As primárias internas do PSUV demonstraram a resistência do chavismo. Numa situação tão tensa e crítica, participaram mais de 3 milhões de eleitores que, em muitos casos, formaram filas desde a madrugada para votar.

Os militantes venezuelanos do Coletivo Trabalho e Juventude, no combate para derrotar a direita pró-imperialista, organizam-se para apresentar aos candidatos chavistas uma plataforma política que expresse a defesa da soberania nacional, contra a ingerência imperialista, a defesa dos direitos, conquistas e da independência sindical.

Correspondente

A VERDADE
REVISTA TEÓRICA DA 4ª INTERNACIONAL

GRÉCIA REFLEXÕES
SOBRE A SITUAÇÃO

Edmund Baluka
(1933-2015): operário revolucionário, sindicalista, dirigente político

O que significa a "normalização" das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba

1000
NÚMEROS
JULHO DE 2015

Assine **O TRABALHO** ☆

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$45,00 24 edições: R\$90,00 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por carta ou site: www.otrabalho.org.br

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232